

BONSIGNORI, Vinícius*

<https://orcid.org/0000-0001-6923-601X>

RESUMO: Este artigo analisa a formação do associativismo operário em Itajaí na primeira década do século XX, problematizando a organização dos trabalhadores portuários no contexto do pós-abolição e da consolidação da República brasileira. Com base em estatutos, jornais, fotografias e entrevistas orais, e a partir de uma abordagem da História Social do Trabalho, examina-se a transição da Sociedade Operária Beneficente Itajahyense (1902), instituição policlassista de caráter assistencial, para a Sociedade Beneficente XV de Novembro (1905), que assumiu perfil combativo e representativo dos estivadores. Destaca-se, assim, o protagonismo de trabalhadores livres e ex-escravizados na redefinição das relações de trabalho no porto local.**

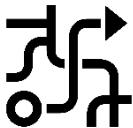
PALAVRAS-CHAVE: Porto; Trabalho; Itajaí.

ABSTRACT: This article analyzes the formation of workers' associations in Itajaí during the first decade of the twentieth century, problematizing the organization of dockworkers in the context of the post-abolition period and the consolidation of the Brazilian Republic. Based on statutes, newspapers, photographs, and oral interviews, and from a perspective of the Social History of Labor, it examines the transition from the Sociedade Operária Beneficente Itajahyense (1902), a multi-class institution of an assistential nature, to the Sociedade Beneficente XV de Novembro (1905), which adopted a more combative profile and represented dockworkers. The study highlights the protagonism of free and formerly enslaved workers in redefining labor relations at the local port.

KEYWORDS: Port; Work; Itajaí.

* Professor de História na rede municipal de Navegantes (SC). Graduado e mestrando em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Integra o Laboratório de História Social do Trabalho e da Cultura (LABHSTC/UFSC) e o Laboratório de Didática da História (LADIH/FURB). E-mail: viniciusbonsignori@gmail.com.

** Este artigo é a versão preliminar de um capítulo de dissertação do autor sobre os trabalhadores marítimos e portuários em Itajaí, durante os séculos XIX e XX.

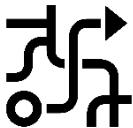


À GUIA DE INTRODUÇÃO

No Brasil, o associativismo e mutualismo se tornaram relevantes no século XIX, especialmente após 1880, devido ao enfraquecimento do sistema escravista, ao incentivo à imigração, ao crescimento do abolicionismo, às mudanças no mercado de trabalho, à expansão das cidades e à instauração da República. Esse contexto estimulou a criação de diversos grupos com interesses comuns e novas pautas políticas e sociais. Entre os trabalhadores, muitas sociedades e associações mutualistas, além da assistência previdenciária ou recreativa, passaram a atuar como uma espécie de “sindicatos”, lutando por melhores condições de trabalho e proteção dos trabalhadores (CORD; BATALHA, 2014).

Hoje, no cenário historiográfico brasileiro, existe uma gama de pesquisas voltadas ao associativismo e ao mutualismo operário. Entre elas, destacam-se algumas destinadas ao associativismo dos trabalhadores portuários. Nesse sentido, posso citar a da historiadora Maria Cecília Velasco e Cruz, sobre a *Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café*, no Rio de Janeiro. Fundada em 1904, essa entidade reunia entre seus membros africanos e afrodescendentes que haviam compartilhado a experiência do cativeiro no século anterior, mas também de trabalhadores de outras nacionalidades, fruto da imigração europeia em curso nesse período histórico. A partir do caso dessa sociedade, a autora analisa a greve de 1906 no porto do Rio de Janeiro, motivada por baixos salários e tarifas injustas, e conclui que houve a influência das tradições reivindicativas afro-brasileiras nessa entidade, mesmo num cenário pós-emancipação (CRUZ, 2000; 2006).

Posteriormente, a pesquisadora Erika Arantes, fortemente influenciada pelos trabalhos de Cruz, deu continuidade às investigações sobre o Rio de Janeiro. Em seus estudos de mestrado e, mais tarde, no doutorado, Arantes dedicou-se à análise dos conflitos sociais relacionados à *União dos Operários Estivadores*, uma associação de destaque formada no início do século XX no porto da então capital federal. A autora demonstra que tal organização emergiu no contexto da chamada “greve geral” de 1903, com o propósito de defender coletivamente os direitos dos estivadores, regulamentar as condições de trabalho e promover uma gestão mais equitativa da força de trabalho portuária. No entanto, a *União* enfrentou diversos desafios, sendo o

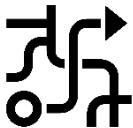


mais significativo, segundo a pesquisadora, a rivalidade com a *Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café*. Essa tensão se expressava sobretudo na disputa pela exclusividade na gestão da mão de obra e na representação dos interesses dos estivadores (ARANTES, 2005; 2010).

Mais recentemente, outra pesquisa que trata dos estivadores é sobre Recife durante a transição do século XIX para o século XX. De acordo com o historiador Maxuel de França Lima, a fundação da *Sociedade União Beneficente dos Estivadores*, em 1891, no Recife, representou uma estratégia consciente de auto-organização dos trabalhadores portuários diante de um contexto marcado pela exclusão social, repressão policial e ausência de políticas públicas no pós-abolição. Composta majoritariamente por homens negros e pobres, essa categoria profissional viu na associação uma forma de consolidar sua cidadania, garantir direitos mínimos e enfrentar as adversidades do mundo do trabalho. Apesar de ser, em sua origem, uma organização mutualista, ela não apenas oferecia assistência em casos de doença, acidentes ou morte, como também promovia o “levantamento moral, intelectual e material da classe”, valorizando o trabalho como elemento central de pertencimento social. Ao mesmo tempo, incorporava elementos culturais e institucionais herdados de irmandades religiosas, associações de ofício e das lutas do período escravista (LIMA, 2021).

Assim como o Rio de Janeiro, Recife e outras cidades do litoral brasileiro, Itajaí também teve sociedades de trabalhadores formadas no contexto do início do século passado. A primeira entidade operária a ser criada na cidade foi a *Sociedade Operária Beneficente Itajahyense* (SOBI), fundada em 1902, que reunia entre seus membros trabalhadores de diversas categorias profissionais, como carpinteiros, pedreiros, tipógrafos, curtidores, comerciantes, estivadores, entre outros. A SOBI era uma associação *policlassista*, isto é, composta por pessoas de diferentes ramos profissionais. Portanto, não atuava de maneira combativa frente às condições de trabalho e aos patrões. Funcionava como um espaço de sociabilidade, incentivador da cultura e do lazer entre os diversos trabalhadores que a integravam e, principalmente, atuava como um fundo de socorro.

A hegemonia da SOBI, no entanto, durou pouco tempo. Três anos mais tarde, em 1905, há uma ruptura nas classes profissionais da cidade com a fundação da *Sociedade Beneficente XV de Novembro*. Diferentemente da anterior, esta entidade



de

auxílio mútuo surgiu em Itajaí com o foco na defesa dos trabalhadores do porto, na luta por melhores condições de trabalho, no enfrentamento dos empregadores e na regulamentação das atividades na orla portuária. A *XV de Novembro*, como ficou conhecida, agregou, além dos trabalhadores livres, antigos escravizados da região.

Então, podemos nos perguntar: como surgiram essas associações? De que maneira elas atendiam às necessidades dos seus sócios, sobretudo os vinculados à atividade marítimo-portuária? Quais eram as diretrizes que regulamentavam o trabalho no porto? Como a *XV de Novembro* representava os associados frente aos patrões? Quem eram os associados e os membros diretores dessas sociedades? A partir da análise de estatutos, fotografias, notícias de jornais e entrevistas orais, procuro responder a essas perguntas.

Enfim, nas páginas a seguir, o leitor encontrará uma história social da formação das associações operárias em Itajaí na primeira década do século XX e a transformação das relações de trabalho no porto dessa cidade.¹

OS PRIMEIROS PASSOS DA ORGANIZAÇÃO DE CLASSE: A SOCIEDADE OPERÁRIA BENEFICENTE ITAJAHYENSE

Em 1902, Itajaí contava com aproximadamente 10 mil habitantes. Na época, a Comissão de Melhoramento do Porto de Santa Catarina estudava a zona portuária para aprimorar as condições da barra do rio Itajaí-Açu, viabilizando o acesso de grandes vapores aos trapiches da cidade. A madeira, extraída do Vale do Itajaí, era a principal mercadoria movimentada na zona portuária, atividade cuja importância foi registrada nas lembranças de um dos primeiros memorialistas da cidade (FLORES, 1979, p. 63; GOULARTI FILHO, 2013). De acordo com Marcos Konder, nas margens do rio

[...] amontoavam-se pilhas de madeiras, pois quase todo o taboado vinha em balsas pelo rio [...]. As pilhas começavam no porto do Coronel Antônio Pereira Liberato [...] e iam rio abaixo até o trapiche Konder, tendo de permeio os trapiches de João Bauer, Nicolau Malburg Júnior e Guilherme Asseburg. A

¹ Embora as obras de E. P. Thompson não sejam citadas diretamente ao longo do texto, esta pesquisa se fundamenta no referencial teórico-metodológico da História Social do Trabalho, especialmente nas investigações desenvolvidas nessa área pelo CECULT/UNICAMP, como se poderá observar nas discussões aqui propostas.

madeira era toda comprada e exportada pelas firmas de Itajaí (KONDER, 1949, p. 160).

Embora escrito em 1949, o relato remetia à intensa atividade madeireira nas proximidades do porto entre o final do século XIX e o início do século XX. Um cartão postal de 1907 ilustra o que seria uma “cena” comum nessa região da cidade. Trata-se de uma imagem tirada da *Fábrica Asseburg*, cujo proprietário era filho de Guilherme Asseburg, aquele mencionado pelo memorialista local acima.

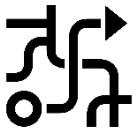
Figura 1 – Cartão postal com vista da serraria a vapor Asseburg em 1907



Fonte: Autor desconhecido, Itajaí, 1907.

Desconheço a autoria do registro fotográfico da fábrica acima retratada. Mas posso ao menos especular sobre a sua intencionalidade. O objetivo, a meu ver, era retratar a grandeza da indústria madeireira local e o desenvolvimento econômico pujante dessa crescente cidade litorânea. Fica claro no postal que o holofote é a fábrica, mas o que me chama a atenção é o fato de ela revelar um momento de trabalho. Na margem inferior da fotografia, dá para visualizar uma canoa no rio Itajaí-Açu e um homem, aparentemente negro, possivelmente um carregador ou estivador. Se, por um lado, a primeira década do século XX em Itajaí vai ser a da modernização, do crescimento e da acumulação de riquezas. Por outro, será o período de organização dos trabalhadores, sobretudo daqueles ligados à labuta portuária.

Fundada em 23 de março de 1902 na cidade, a SOBI contou com a participação de 53 associados. Entre os primeiros membros dirigentes estavam João da Cruz e



Silva, Romão Julião, João Jacob Heusi Sobrinho, João Anselmo Teixeira, Moyses Zeferino Lopes, José dos Santos Castro e Francisco Olegário dos Santos. Eram eles homens com certo prestígio social: João da Cruz e Silva, por exemplo, conhecido como “Mestre Janja”, e dirigente inicial da sociedade, foi o redator do primeiro jornal local, intitulado *Itajahy*, em 1884; enquanto João Jacob Heusi Sobrinho, por exemplo, havia ocupado as funções de comissário e delegado de polícia durante esse período (ROSA, 2017).

Ora, não seria contraditória a participação de uma autoridade policial numa entidade operária? Sabemos que a força policial era a principal arma de repressão dos trabalhadores, sindicatos e mesmo das sociedades mutualistas no período da Primeira República no Brasil.² A presença de um delegado de polícia não seria um modo de cercear a atuação da entidade? Num primeiro momento, talvez parecesse que sim. Agora, sob outro ângulo, poderia significar o contrário. João Jacob Heusi Sobrinho, além do posto policial, transitava por outros setores da sociedade itajaiense. Ele também foi membro do Clube de Atiradores da cidade e sócio-bibliotecário do *Grêmio Três de Maio*, espaço ocupado pelos “homens de letras” do município (REPÚBLICA, 10/10/1895, p. 02). Quiçá a participação do delegado Heusi representasse uma espécie de proteção para a atuação da SOBI, dado ser uma “personalidade pública” dentro de Itajaí. Nesse contexto, a historiografia aponta casos semelhantes em que associações ou sociedades mutualistas costumavam eleger personalidades influentes ou políticos para atuarem como padrinhos ou representantes públicos, garantindo assim maior reconhecimento e legitimidade local. Um desses casos é o do *Grêmio Instrutivo e Beneficente dos Empregados no Comércio e da Congregação Marítimos e Pescadores*, de Florianópolis, que mantinham nos primeiros anos do século passado entre os associados o político Heitor Blum, baseado na premissa de que ele era agente de companhias de navegação (LEUCHTENBERGER, 2009, p. 133-134). Outro exemplo eram as próprias agremiações formadas por “homens de cor”, tal qual o *Centro Cívico e Recreativo José Boiteux*, também em Florianópolis, que na década de 1920 carregava

² A respeito da repressão policial a sindicatos e mutuais no começo do século XX, ver: Mattos (2004) e Furlanetto (2007).

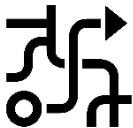
o

nome de um político branco, membro da elite catarinense (GARCIA; NOGUEIRA, 2022, p. 45).

Acredito que a presença do delegado Heusi facilitasse de certa forma a atuação da SOBI. Até porque, em vários dos eventos organizados pela entidade nos seus primeiros anos, ele fazia parte da mesa dirigente. Um desses eventos ocorreu em 13 de julho de 1912. Os membros da mesa diretora, incluindo o delegado, juntaram-se aos demais associados no largo da Igreja Matriz, na Rua Municipal, para prestigiar a missa dedicada à bênção do estandarte da Sociedade Operária. Embora a entidade tenha sido fundada meses antes, aquela ocasião marcou sua primeira apresentação pública. Nada mais apropriado do que a missa de domingo para apresentar à população e às autoridades a mais nova organização de trabalhadores da cidade. O estandarte trazia o lema “Fé, Esperança e Caridade”, acompanhado de uma cruz, uma âncora e um coração, bordados em seda colorida e dispostos em um monograma no centro da bandeira de cetim branco. E o mais curioso, a sociedade operária definisse como uma instituição laica (O DIA, 23/07/1902, p. 03).

Infelizmente, não tive acesso às atas da associação, que, muito provavelmente, sequer existem atualmente. No entanto, por meio dos periódicos da época, é possível acompanhar as notícias divulgadas sobre essa sociedade de auxílio mútuo itajaiense. Como era comum entre as instituições mutualistas, a SOBI operava essencialmente como um fundo previdenciário. Cabia à entidade, então, “auxiliar pecuniariamente os seus associados no caso de enfermidade, invalidez e amparar as famílias pelo falecimento dos chefes, fornecendo ou concorrendo com o funeral”. Todavia, para ingressar, os associados deveriam arcar com o pagamento de uma “joia” – uma taxa de adesão de valor elevado – além de uma contribuição mensal, ambas estipuladas em seu estatuto (CASTELLUCCI, 2014, p. 48).

Nos primeiros anos da sociedade, até 1905, ela esteve sob a presidência ininterrupta de João da Cruz e Silva. Era ele, então, quem assinava os balancetes e demais informes da SOBI publicados nos jornais de Itajaí. Os relatórios da entidade mostram um certo equilíbrio no número de associados nos seus primeiros anos. Dos 53 sócios, no ano de sua fundação, matricularam-se 96 até 1905. Debitaram-se 2, que haviam falecido, 9 que saíram da sociedade, 23 que foram excluídos por falta de



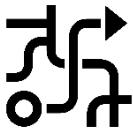
pagamento das mensalidades, resultando em 59 membros ativos (NOVIDADES, 09/04/1905, p. 02-03).

Os primórdios da SOBI não foram fáceis. O primeiro relatório oficial da entidade saiu somente no ano de 1905, o que mostra um certo descompasso da equipe dirigente frente ao que previam as diretrizes da sociedade. Neste documento, ao descrever a situação da entidade, o presidente João da Cruz e Silva parece responder a um certo “adversário”. Disse o dirigente:

Muitas têm sido as dificuldades que se me depararam no desempenho de minhas funções, mas a todas, com o vosso auxílio pude vencer com honra, proveito e gloria para a causa que defendemos. Bem que assim o confirmem os factos não falando nas questões que, por sentimentos inconfessaveis, se têm agitada no seio desta sociedade, algumas das quaeas movidas por elementos estranhos a ella e que têm servido, quando mais não seja, para inquietal-a - quero comtudo mais uma vez recommendar-vos união e solidariedade de vistas na defeza, sustentação e aperfeiçoamento de obra que hoje nos é dado cordar, iniciando-se a beneficia social [...] (NOVIDADES, 1905, p. 02-03).

Conquanto não fique claro a quem o presidente esteja se dirigindo, podemos perceber que ele e a sociedade operária tinham desafetos. Seja como for, o certo é que a arrecadação da entidade viu-se diminuindo nos três primeiros anos. No ano de fundação, a SOBI arrecadou 1:034\$646, enquanto obteve 949\$053 no segundo e arrecadou 770\$467 no terceiro ano. Mesmo com o orçamento diminuindo, a entidade cumpria uma série de atribuições (NOVIDADES, 09/04/1905, p. 02-03). A principal função da SOBI estava no pagamento de auxílio aos sócios enfermos, a exemplo do sócio Gabriel Chrispim d’Oliveira Junior, que por estar enfermo recebeu a quantia de 5\$000 para o seu tratamento em 1904, conforme publicado num jornal da cidade (NOVIDADES, 17/07/1904, p. 03).

Ao lado do auxílio para os enfermos, observei que fazia parte das atribuições da entidade o empréstimo de dinheiro a juros aos seus sócios. Numa época em que o sistema financeiro era ainda precário em Itajaí, seus membros recorriam ao caixa da sociedade para angariar recursos. Este foi o caso do artista Domicio Gonçalves Tabalippa, que emprestou da entidade o valor de 100\$000, comprometendo-se a pagar juros mensais de 1%. Mas ele não foi o único, o sócio João Anselmo Teixeira também aparece tomando empréstimo de 500\$000 da entidade, a mesma taxa de juros de Tabalippa (NOVIDADES, 17/07/1904, p. 03; 16/10/1904, p. 04). Malgrado não constem as razões dos empréstimos, pode-se supor que serviam para o pagamento



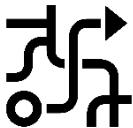
de outras dívidas, compra de imóveis ou mesmo para montar os seus próprios negócios. Rafael Almeida Cruz mostra que, com frequência, as associações mutualistas no Rio de Janeiro, no final do século XIX, expandiam suas atividades para atuar como cooperativas de compra, produção e comercialização. Os recursos acumulados por essas instituições eram também utilizados para adquirir meios de produção, visando estabelecer empreendimentos próprios (CRUZ, 2015, p. 15).

Além de fornecer suporte financeiro aos seus associados, a SOBI também tinha a responsabilidade de promover momentos de lazer. Como destaca a historiadora Cláudia Viscardi, o mutualismo ia além da assistência. Desempenhava um papel fundamental na construção de laços sociais e culturais. Os sócios dessas associações não eram atraídos apenas pelos benefícios financeiros, mas também pela identificação com os valores, práticas, rituais e festividades promovidos por essas organizações. Diante da escassez de opções de lazer, as celebrações organizadas pelas associações mutualistas tornavam-se espaços essenciais para o convívio social, fortalecendo os vínculos entre os membros. Nessas ocasiões, os laços comunitários eram renovados, eventuais conflitos eram apaziguados e diferenças significativas eram conciliadas, reforçando o sentimento de pertencimento e solidariedade dentro do grupo (VISCARDI, 2014, p. 195).

Em 1904, a SOBI contratou um espetáculo dramático aos seus associados, oferecido pelo teatro amador *Estrella do Oriente* (NOVIDADES, 09/04/1905, p. 02-03). A entidade também organizava ou participava com sua diretoria e sócios de festas e momentos cívicos, tais quais o desfile de 7 de setembro, em alusão à independência do Brasil de Portugal, e a comemoração do Dia do Trabalho (1º de Maio) (NOVIDADES, 11/09/1904, p. 01; 09/04/1905, p. 02-03). Sobre este último, aliás, todos os operários eram chamados a participar, “sem distinção de classe”, mesmo que não fossem associados, como se infere da nota publicada em jornal, no ano de 1909:

CONVITE AOS OPERÁRIOS
Festa do Trabalho – 1 de MAIO

Para comemorar esta grandiosa data, consagrada a festa do trabalho, à Sociedade Operária Beneficente Itajahyense, convida sem distinção de classe, a todos operários desta cidade, a comparecerem no 1º de Maio, às 9 horas da manhã, no edifício social, afim de incorporados, percorrerem as principaes ruas acompanhados da banda musical, seguindo logo após até a



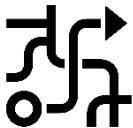
fábrica de cerveja do Sr. Alois Kormann, onde realizar-se-a um sumptuoso
convescote [...] (O PHAROL, 30/04/1909, p. 03).

Em 1903, um ano após a sua fundação, instituiu-se na cidade a *Sociedade 13 de Maio*, que aglutinava “homens de cor” itajaienses, conforme notícia publicada no periódico *O Araúto*:

Fundou-se nesta cidade mais uma sociedade com o título “13 de Maio”. A sua diretoria ficou assim composta: Presidente, Alvaro M. dos Passos; tesoureiro, Sebastião L. Pereira; 1º secretario, Christiano R. Vieira; 2º dito, Juvenal E. de Jesus. Procuradores: Leobino J. Ramos e Alfredo E. de Jesus (O ARÁUTO, 19/07/1903, p. 02).

Em razão da ausência de fontes primárias acerca dessa sociedade negra, pouca coisa podemos extrair, a não ser as esparsas notícias publicadas nos periódicos da cidade. Da mesma forma que outras entidades negras no pós-abolição, a *13 de Maio* desempenhou um papel na busca pelo reconhecimento da população afrodescendente local, fossem elas beneficiadas ou não pela abolição da escravidão. Uma de suas contribuições mais inusitadas, a meu ver, foi o financiamento da canalização de água para a Igreja Matriz, o que talvez revele uma certa ligação com esse templo religioso. Não nos esqueçamos de que as associações, e mesmo as mutuais, refletiam algumas semelhanças das antigas confrarias e irmandades religiosas. Além disso, a sociedade promovia regularmente celebrações cívicas e culturais para marcar o 13 de Maio, organizando marchas, bailes e sessões solenes, eventos que reuniam autoridades e representantes de outras instituições locais (NOVIDADES, 30/04/1905, p. 02; 07/05/1905, p. 01; 20/05/1906, p. 01).

Embora ambas as sociedades, a *Operária Beneficente Itajahyense* e a *13 de Maio*, tenham desempenhado um papel relevante, nenhuma delas era composta exclusivamente por trabalhadores de um mesmo grupo profissional. Tratava-se de organizações *policlassistas* que não previam em seus estatutos a defesa direta dos direitos laborais nem a regulamentação de ofícios e espaços de trabalho. No caso específico da SOBI, se por um lado oferecia aos seus membros suporte em momentos de enfermidade, necessidade financeira ou acesso a crédito, por outro, não atuava como uma entidade de representação frente aos empregadores. Essa lacuna era especialmente sentida por trabalhadores mais vulneráveis às oscilações do mercado de trabalho, como os estivadores e demais empregados nos trapiches da cidade. Em



resposta a essa demanda, a classe portuária uniu-se e formou, em 1906, a *Sociedade Beneficente XV de Novembro*.

DA NECESSIDADE, NASCE A SOCIEDADE BENEFICENTE XV DE NOVEMBRO

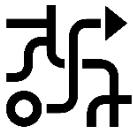
Ao longo da década de 1900, a SOBI e a *13 de Maio* parecem ter perdido força gradativamente. Essa conclusão se baseia na diminuição das menções a essas entidades nos jornais da época. No caso da SOBI, excetuando-se eventos comemorativos, as poucas referências que restam tratam principalmente da cobrança de mensalidades em atraso por parte dos associados. É provável que essa perda de relevância esteja relacionada à migração dos trabalhadores, especialmente aqueles ligados à atividade portuária, para a recém-criada *Sociedade Beneficente XV de Novembro*, que gradualmente se consolidou como a principal organização dessa categoria profissional nas duas primeiras décadas do século passado.³

Ao recorrer à memória e à tradição oral dos descendentes dos antigos portuários que atuavam no início do século XX no porto de Itajaí, encontrei informações reveladoras. Entre algumas entrevistas salvaguardadas no arquivo histórico da cidade, está a de Vilna Correa Pretti, filha do estivador Joaquim Lopes Correa. Vilna, ao se referir ao modo de contratação dos trabalhadores do porto no começo do século XX, disse que: “naquele tempo [...] era estivador quem era bem pobre. Era a classe mais pobre. [...] eles ganhavam pouco, porque eles iam trabalhar e chamavam só os escolhidos, os preferidos, os apadrinhados dos empresários. Naquele tempo era os Bauer, Malburg [...]” (PRETTI, 1997).

Já Maria Leocádia Pereira, filha de Pedro Antônio Fayal, também um dos trabalhadores da estiva itajaiense, ao retratar a trajetória de seu pai, corrobora o que fora dito no depoimento anterior. Nas suas palavras:

Eu conheci meu pai carregando madeira. [...] Carregando madeira nas costas, foi que conheci meu pai, no porto Bauer, no porto do Felipe Reiser, onde hoje fica a Praça do Gonzaga. [...] Ele começou a vida carregando madeira e assim ele morreu. [...] aí ele falava que se precisava de uma Sociedade, porque o trabalho no porto era tudo assim à vontade. Os patrões tiravam gente, botavam gente, quando eles queriam. Eles escolhiam os trabalhadores para trabalhar. Então meu pai achou que aquilo estava errado. Então ele chamou os amigos Bernardino Neves, Sebastião Lucas Pereira,

³ A partir da década de 1920, outras entidades ligadas ao trabalho no porto se formaram. Entre elas, está a Sociedade Beneficente dos Estivadores em 1922.



Artur Raulino, [e] o preto Constantino disse: vou fundar uma Sociedade. E eles concordaram (PEREIRA, 1992).

Os depoimentos das duas senhoras permitem vislumbrar as condições de trabalho em Itajaí no começo do século passado. Observa-se que os trabalhadores portuários enfrentavam não apenas a instabilidade do mercado, mas também a dependência das decisões arbitrárias de seus empregadores. Realidade essa que não se restringia apenas ao contexto local, mas fazia parte de um fenômeno global. Conforme Githay, desde a segunda metade do século XIX, a maioria dos portos ao redor do mundo implementou políticas de contratação que levaram à consolidação de um sistema de trabalho ocasional, criado como resposta dos empregadores às constantes oscilações na movimentação de mercadorias (GITHAY, 1992, p. 105).

Guardadas as devidas proporções, o sistema de contratação dos trabalhadores da orla portuária em Itajaí era semelhante ao do Rio de Janeiro e de outros lugares do mundo, conhecido como sistema de “parede”, ou “trabalho avulso”. Inspirado nos modelos inglês (*free-call*) e americano (*shape-up*), esse sistema funcionava da seguinte maneira: próximo à chegada de uma embarcação no porto, para carregar ou descarregar, vários homens se reuniam na “parede”, um local onde os interessados se apresentavam para concorrer por uma vaga nas equipes que realizariam o trabalho da estiva. Aqueles que desejavam trabalhar levantavam a mão. E ficava a critério dos capatazes ou responsáveis das empresas que intermediavam a mão de obra a seleção dos trabalhadores. Esse sistema, como consequência, levou à manutenção de um exército permanente de reserva nos trapiches ou cais dos portos durante a segunda metade do século XIX e boa parte do século XX (ARANTES, 2010, p. 40). Diante desse cenário, a fundação de uma sociedade mutualista voltada à proteção desses trabalhadores em Itajaí surgiu como uma estratégia de resistência e organização frente às adversidades impostas pelas relações laborais da época.

A *Sociedade Beneficente XV de Novembro* foi fundada em 15 de novembro de 1906 com a intenção de representar aqueles ocupados “nos trabalhos de praça, portos, cargas e descargas de navios”. Contemplava os seus objetivos: definir horários de trabalho e salários; prever assistência financeira aos associados em caso de enfermidade temporária; conceder pensões para sócios incapacitados e apoio financeiro às famílias no momento de falecimento; e contribuir para as despesas funerárias dos membros. Estavam entre a primeira mesa diretora, os fundadores:

Pedro Antonio Pereira (Fayal), no cargo de presidente, Hermelino F. dos Santos, vice-presidente, Manoel Antonio Souza, 1º secretário, Antônio Alberto de Oliveira, tesoureiro, Sebastião Lucas Pereira, 1º procurador, Manoel Olinas da Silva, 2º procurador, Bento Jose de Amaral, 3º procurador, e João Francisco Leite, 4º procurador (O PHAROL, 02/10/1908, p. 03).

Em seu estatuto, afirmava ser uma “associação composta de illimitado numero de socios, sem distincção de nacionalidade e crenças religiosas”. Isso não era raro de se observar, mesmo entre organizações de caráter mutualista, recreativo ou sindical, como a *Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café* do Rio de Janeiro. Conforme aponta Cruz, o estatuto dessa sociedade, datado de 1905, adotava como lema “um por todos, e todos por um” e tinha entre seus objetivos promover “a união de todos os trabalhadores”, independentemente de nacionalidade, cor ou religião. Mesmo inseridos em um contexto social fortemente marcado por divisões raciais, esses trabalhadores buscavam construir uma organização de classe que evitasse distinções e hierarquias baseadas na origem étnica ou na cor da pele – ainda que tensões raciais e étnicas fizessem parte da história dessa entidade (O PHAROL, 18/09/1908, p. 06; CRUZ, 2006, p. 194; SIQUEIRA, 2009, p. 281).

Numa fotografia de 1906, pode-se conhecer os sócios fundadores da segunda sociedade benéfica de Itajaí. Além dos oito membros da primeira diretoria, há outras quatro pessoas que aparecem na foto abaixo.

Figura 2 – Sócios fundadores da Sociedade Beneficente XV de Novembro (1906)



Fonte: Autor desconhecido, Itajaí, 1906.

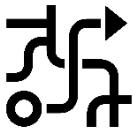
A partir da imagem, é possível constatar que entre os sócios fundadores havia indivíduos de distintas origens étnicas, incluindo um ex-escravizado. O primeiro homem à esquerda, sentado, é Silvério Joaquim Ramos, popularmente conhecido como “Tio Silvério”. Ele figura entre os poucos fundadores que experimentaram, em vida, os horrores da escravidão (SILVA, 2004). Não por acaso, é o único flagrado na fotografia descalço – uma condição historicamente associada ao cativeiro, cujo propósito era evidenciar, de forma incontestável, o estigma social do escravizado. Notavelmente, esse traço simbólico de subalternidade permaneceu presente, ao menos neste caso, quase duas décadas após a abolição da escravidão (ALENCASTRO, 2019, p. 61).

O homem em pé, posicionado no vão da cortina, é muito provavelmente Sebastião Lucas Pereira, descendente de pessoas escravizadas. Figura de destaque, não apenas atuou como o primeiro procurador da *Sociedade XV de Novembro*, como também desempenhou a função de tesoureiro na diretoria inaugural da Sociedade 13 de Maio, conforme anteriormente mencionado. Outra fotografia registrou o momento de celebração alusiva à fundação da sociedade, provavelmente tirada no mesmo dia em que a anterior.

Figura 3 – Fundação da Sociedade Beneficente XV de Novembro (1906)



Fonte: Autor desconhecido, Itajaí, 1906.



A fotografia, como todo documento, quando interrogada, nos revela fatos instigantes. A partir dela, dá para perceber que havia, sim, uma expressiva representação negra dentro da entidade. Mas que aparecem sobretudo nas margens. No centro, lugar de destaque, estavam os homens brancos. Esse arranjo visual diz muito sobre as dinâmicas raciais da época. Ainda que a *XV de Novembro* se apresentasse como uma entidade inter-racial ou multiétnica, isso não significa que as relações de classe e raça fossem tão “harmoniosas” quanto sugeria seu estatuto. As memórias de Maria Leocádia resgatam os tempos dos bailes promovidos pela sociedade e ilustram essas tensões. Segundo ela, “no baile dos pretos, branco não entrava. Não podia chegar na janela... Quando os brancos faziam baile, os pretos não chegavam na janela, nem para espiar, para ver dançar” (PEREIRA, 1992). Apesar dos conflitos étnicos, ou mesmo do racismo, como retratado pela entrevistada, esses homens, brancos e negros, conviviam na *XV de Novembro*, pois compartilhavam interesses de classe em comum.

Mas, quem poderia entrar na *XV de Novembro*? Quais eram os requisitos necessários para ser um sócio dessa agremiação? Mediante a leitura do estatuto da entidade, que fora publicado em partes através do periódico *O Pharol*, conseguimos identificar alguns requisitos: ser maior de 18 anos e menor de 60 anos; gozar de boa saúde e ter bons costumes; estar no gozo de seus direitos civis. Qualquer um dos sócios poderia fazer uma indicação de futuros membros para entrar na sociedade, de modo verbal ou escrito, desde que o indicado cumprisse os requisitos anteriormente citados (*O PHAROL*, 18/09/1908, p. 06). De certa forma, esses critérios filtravam as pessoas que poderiam adentrar na sociedade, ao mesmo tempo que definiam o perfil dos associados. No entanto, considero os requisitos da *XV de Novembro* menos rigorosos do que aqueles encontrados nas sociedades recreativas paulistas, os quais Uassyr Siqueira investigou. Por mais parecidos que fossem, e em alguns momentos se confundissem, os clubes recreativos e as mutuais eram instituições com objetivos diferentes (SIQUEIRA, 2009, p. 281). A primeira tinha o foco em propiciar momentos de lazer e diversão aos seus associados; já a segunda fundamentava-se na noção de assistência previdenciária e socorros.

O artigo 8º do estatuto da Sociedade Beneficente *XV de Novembro* estabelecia três categorias de sócios: fundadores, que participaram das sessões preparatórias da

instalação da sociedade; efetivos, admitidos conforme as normas dos estatutos; e remidos, que, sendo fundadores ou efetivos, contribuíram por 15 anos sem receber auxílio financeiro (ou devolveram o que receberam), ou que ingressaram nessa categoria mediante o pagamento único de 300\$000 (trezentos mil réis) aos cofres sociais da mutual. E, para entrar, não bastava o interesse ou vontade dos trabalhadores em participar da sociedade. Era preciso cumprir alguns deveres, como: contribuir com uma joia de 2\$000 (dois mil réis) no momento da admissão e com 500 réis mensalmente; acompanhar os funerais dos demais sócios; e comunicar à Diretoria em caso de enfermidade e falta de recursos, para que fossem tomadas as providências necessárias. A mensalidade e a joia eram as fontes de rendimentos que sustentavam o funcionamento da sociedade e de seus benefícios assistenciais. Estar em dia com a *XV de Novembro* era fundamental para aqueles que quisessem gozar dos benefícios oferecidos pela entidade, caso contrário perderiam “a qualidade e os direitos de socios, sem que lhes seja lícito reclamar, sejam quaeas forem suas categorias” (O PHAROL, 18/09/1908, p. 06).

Em que consistiam, concretamente, os benefícios proporcionados? Segundo o estatuto da sociedade, em caso de doença temporária, o associado fazia jus a uma ajuda diária de 1\$000 (mil réis), limitada ao montante de 60\$000 (sessenta mil réis), valor cuja restituição era exigida pelo mesmo documento. Observa-se ainda a existência de benefícios progressivos vinculados ao tempo de contribuição: transcorridos seis meses de filiação efetiva, sua família passava a ter direito à quantia de 15\$000 (quinze mil réis) para despesas funerárias no eventual falecimento do titular; com dezoito meses, o sócio poderia pleitear uma pensão mensal de 10\$000 (dez mil réis) caso fosse acometido por doença crônica ou acidente que o inabilitasse para o trabalho. Após quatro anos de contribuição, assegurava-se o direito de deixar uma pensão mensal de igual valor à esposa ou, em sua ausência, aos filhos menores de quatorze anos. Benefícios esses também assegurados por outras instituições brasileiras no mesmo período, tal qual a *Sociedade Beneficente de Práticos*, de Manaus, que garantia socorro ao “sócio que cair em indigência, à viúva e aos órfãos do que vier a falecer nessas condições”, conforme demonstrado por Paião (2019, p. 20).

Importa notar que, segundo os preceitos morais vigentes da época, o homem era considerado o provedor do lar. O regulamento, portanto, é filho de seu tempo.

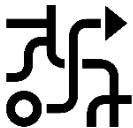
Com o falecimento do sócio, o benefício que a família tinha direito era repassado pela instituição à viúva ou aos seus filhos, se ela contraísse novo casamento ou tivesse conduta tida como desonrosa, sendo progressivamente cessada à medida que os beneficiários atingissem a idade-limite, com redistribuição proporcional entre os mais jovens. Longe de ser uma exceção, a *XV de Novembro* fazia parte de um conjunto mais amplo de entidades que estabeleciam esse critério às viúvas em seu estatuto, como a *Montepio dos Artistas*, de Salvador, ou mesmo a *Sociedade Beneficente dos Artistas do Arsenal de Marinha da Corte*, do Rio de Janeiro (REIS, 2016, p. 47; CRUZ, 2015, p. 72)

A REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO NO PORTO

Durante o alvorecer da república, uma expressiva parte das sociedades mutualistas configurou-se como espaço privilegiado de construção e legitimação das identidades da classe trabalhadora. Todavia, mais do que simples associações de auxílio mútuo, tais entidades passaram a desempenhar funções que, posteriormente, seriam atribuídas aos sindicatos, notadamente no que se refere à regulamentação da jornada laboral e à mediação das relações de trabalho (BATALHA; CORD, 2014, p. 17; CASTELLUCCI, 2014, p. 62).

A *XV de Novembro* foi uma delas. Em seu estatuto, no capítulo XII, das “disposições regulamentares”, estabelecia-se uma jornada diária de trabalho de 9 horas e 30 minutos, com horários ajustados conforme a época do ano. Entre 1º de abril e 30 de setembro, o expediente iniciaria às 6h30 e terminaria às 17h30, com dois intervalos: um de 30 minutos para o café da manhã, às 8h, e outro de 1 hora para o almoço, ao meio-dia. Já no período de 1º de outubro a 31 de março, o trabalho começaria às 6h e terminaria às 17h30, com um intervalo de 30 minutos para o café da manhã e 1h30 para o almoço (O PHAROL, 02/10/1908, p. 03).

Não encontrei se de fato a jornada de trabalho foi respeitada, da forma como previa o documento. Contudo, a ausência de questionamentos ou denúncias nos jornais durante a primeira década do século passado me leva a crer que sim. Cabe destacar que a jornada estipulada pela sociedade era, inclusive, inferior àquela praticada no mesmo período na capital da República. Como demonstra Cruz, foi somente por meio da greve de 1906 que trabalhadores de trapiches e carregadores



de

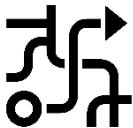
café no Rio de Janeiro conquistaram a jornada de dez horas diárias (CRUZ, 2006, p. 195). Outro fator interessante é que a entidade se mostrava atenta ao calor intenso do verão. Nessa época do ano, os trabalhadores começavam suas atividades mais cedo, aproveitando as temperaturas mais amenas da manhã. Em compensação, o horário de almoço era estendido, permitindo que retornassem ao trabalho um pouco mais tarde, evitando assim a exposição ao sol forte do meio-dia.

O estatuto previa também a permissão para que os trabalhadores pudessem trabalhar fora dos horários estabelecidos, desde que houvesse pagamento adicional. Quanto à remuneração para dias úteis, foram definidos os seguintes valores: para serviços realizados em terra: 3\$000 (três mil réis) por dia, com acréscimo de 300 réis por hora extra; enquanto para serviços de estiva realizados a bordo: 4\$000 (quatro mil réis) por dia, com 400 réis adicionais por hora extra. Isso nos mostra que o trabalho de carga e descarga nos navios era mais bem remunerado do que aquele realizado em terra. E caso os portuários quisessem labutar nos domingos, feriados religiosos e no período noturno, poderiam, desde que lhes fossem pagos os salários em dobro (O PHAROL, 02/10/1908, p. 03).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fruto da instabilidade que historicamente marcou a vida laboral dos trabalhadores portuários, a *Sociedade Beneficente XV de Novembro* nasceu como resposta coletiva às incertezas que permeavam o cotidiano dos portuários em Itajaí. Até então, o acesso ao trabalho era mediado por práticas “clientelistas”, nas quais somente os bem-relacionados com os patrões, os chamados apadrinhados, eram contratados, enquanto os demais aguardavam, muitas vezes em vão, nas chamadas “paredes”.

A partir de 1906, porém, esse cenário começou a se transformar: os trabalhadores da orla portuária passaram a contar com a intermediação de uma entidade organizada, capaz de representar seus interesses e estabelecer critérios para a prestação do serviço. Ao regulamentar aspectos fundamentais da atividade laboral (como jornada, horários, remuneração e até mesmo adaptações às condições climáticas), a entidade não apenas amparava seus associados, mas também



desempenhava uma função normativa nas relações de trabalho, antecipando práticas que mais tarde seriam institucionalizadas pelos sindicatos.

Em última análise, a *XV de Novembro* constituiu um exemplo da complexidade e do alcance das associações mutualistas no início da Primeira República. Sendo a expressão local de um movimento mais amplo de reconfiguração das relações de trabalho no Brasil e no Atlântico. Mas que não termina por aí. Como mostram as pesquisas de José Bento Rosa da Silva (2004) para as décadas seguintes, a luta dos portuários, especificamente dos estivadores, da cidade vai ganhar nova roupagem: as ideias socialistas e comunistas vão brotar no meio da classe dos trabalhadores portuários de Itajaí. Mas isso já é outra história...

REFERÊNCIAS

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e a ordem privada no Império. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *História da vida privada no Brasil Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2019. p. 12-72.
- ARANTES, Erika Bastos. *O porto negro: cultura e trabalho no Rio de Janeiro dos primeiros anos do séc. XX*. 2005. 159 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- ARANTES, Erika Bastos. *O Porto Negro: trabalho, cultura e associativismo dos trabalhadores portuários no Rio de Janeiro na virada do XIX para o XX*. 2010. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.
- CASTELLUCCI, Aldrin A. S.. O associativismo mutualista na formação da classe operária em Salvador (1832-1930). In: CORD, Marcelo Mac; BATALHA, Claudio H. M. (org.). *Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. p. 47-82.
- CORD, Marcelo Mac; BATALHA, Claudio. Introdução: experiências associativas e mutualistas no Brasil. In: CORD, Marcelo Mac; BATALHA, Claudio (org.). *Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. p. 11-24.

CRUZ, Maria Cecília Velasco e. Cor, etnicidade e formação de classe no porto do Rio de Janeiro: a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café e o conflito de 1908. *Revista USP*. São Paulo, n. 68, p. 188-209, 2006.

CRUZ, Maria Cecília Velasco e. Tradições negras na formação de um sindicato: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905-1930. *Afro-Ásia*. Salvador, n. 24, 2000.

CRUZ, Rafael Almeida. *Associações mutualistas e o mundo do trabalho: os trabalhadores e suas organizações no Rio de Janeiro (1861-1882)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. *História Demográfica de Itajaí: uma população em transição (1866-1930)*. 1979. 185 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1979.

FURLANETTO, Patrícia Gomes. *O associativismo como estratégia de inserção social: as práticas sócio-culturais do mutualismo imigrante italiano em Ribeirão Preto (1895-1920)*. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

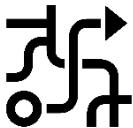
GARCIA, Fábio; NOGUEIRA, João Carlos. Movimentos negros e negros em movimento: associativismo e transformações sociais no pós-abolição. In: BRANCHER, Ana Lice; MACHADO, Vanderlei (org.). *História de Santa Catarina na Primeira República (1889-1930)*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2022. p. 43-63.

GITAHY, Maria Lucia Caira. *Ventos do mar: trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana*. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

GOULARTI FILHO, Alcides. *Portos, ferrovias e navegação em Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.

KONDER, Marcos. Alguns aspectos do Itajaí antigo. *Anuário de Itajaí*. Itajaí, p. 159-176, 1949.

LEUCHTENBERGER, Rafaela. *O Lábaro protetor da classe operária: as associações voluntárias de socorros-mútuos dos trabalhadores em Florianópolis, Santa Catarina*



(1886-1932). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

LIMA, Maxuel de França. *Experiência, trabalho e política*: os estivadores do porto do Recife (1891-1907). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

MATTOS, Marcelo Badaró (Org.). *Trabalhadores em greve, polícia em guarda*: greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto/Faperj, 2004.

PAIÃO, Caio Giuliano. Culturas de trabalho e associações de práticos em Manaus e Belém (anos finais do século XIX). *Revista Mundos do Trabalho*. Florianópolis, v. 11, p. 1–22, 2019.

ROSA, André Luiz. Porto e liberdade: o surgimento das associações operárias em Itajaí (SC) no começo do século XX. *Em Tempo de Histórias*. Brasília, n. 30, 2017.

REIS, Eliane Maia dos. *Três momentos do Mutualismo em Salvador (1850 - 1887)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

SILVA, José Bento Rosa da. *Estiva papa-siri*: mãos e pés do porto de Itajaí. Itajaí: Edição do Autor, 2004.

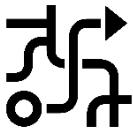
SIQUEIRA, Uassyr de. Clubes recreativos: organização para o lazer. In: AZEVEDO, Elciene et al (org.). *Trabalhadores na cidade*: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX. Campinas: Editora da Unicamp, 2009. p. 271-312.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. O Ethos mutualista: valores, costumes e festividades. In: CORD, Marcelo Mac; BATALHA, Claudio H. M. (org.). *Organizar e proteger*: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX). Campinas: Editora da Unicamp, 2014. p. 193-218.

FONTES

Centro de Documentação e Memória Histórica de Itajaí:

- Entrevistas:



PEREIRA, Maria Leocádia. Entrevista realizada por Edison D'Ávila, em 18 de janeiro de 1992. Santos, São Paulo.

PRETTI, Vilna Correa Pretti. Entrevista realizada por José Bento Rosa da Silva, em 07 de março de 1997. Navegantes, Santa Catarina.

- Iconografia:

Cartão postal com vista da serraria a vapor Asseburg em 1907.

Fundação da Sociedade Beneficente XV de Novembro em 1906.

Sócios fundadores da Sociedade Beneficente XV de Novembro em 1906.

Hemeroteca Digital Brasileira:

- Periódicos:

NOVIDADES, Itajaí, 1904 - 1906.

O ARÁUTO, Itajaí, 1903.

O DIA, Florianópolis, 1902.

O PHAROL, Itajaí, 1908 - 1909.

REPÚBLICA, Desterro, 1895

Recebido em 18/08/2025

Aprovado em 05/12/2025